

Sumário

Número de notícias: 16 | Número de veículos: 12

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Comitê Gestor do IBS deverá ser instalado mesmo sem representantes de municípios.....3

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Para empresas, retenção de IR é complexa e terá impacto no custo.....5

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
SEGURIDADE SOCIAL

STF decide não julgar teto para a base de cálculo de contribuições ao Sistema S.....7

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS
SEGURIDADE SOCIAL

INSS: próximo pagamento já poderá ter ressarcimento, garante Alckmin.....9

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS
SEGURIDADE SOCIAL

Após esforço concentrado, Câmara tem semana de recesso informal.....12

O GLOBO ONLINE - RJ - POLITICA
SEGURIDADE SOCIAL

Câmara e Senado devem ter semana esvaziada com presidentes fora do país e votação remota liberada.....15

PORTAL R7 - NACIONAL
SEGURIDADE SOCIAL

Tira-dúvidas IR 2025: posso ver possíveis pendências da malha fina pelo aplicativo do INSS?.....16

VALOR ONLINE - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL

Governo estuda consultar o STF sobre edição de crédito extraordinário para o INSS.....17

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
SEGURIDADE SOCIAL

Novos capítulos para o ICMS sobre materiais intermediários - OPINIÃO JURÍDICA.....19

O GLOBO ONLINE - RJ - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Marco legal para data centers prevê redução de impostos para o setor e exige uso de energia limpa.....21

O LIBERAL - BELÉM - PA - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL

DESCONTOS - APOSENTADOS.....23

O ESTADO DE S. PAULO - POLÍTICA
ECONOMIA

Cumprir decisão do STF fará governo economizar R\$ 128 bilhões em emendas.....25

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Por que os juros são altos no Brasil? - HENRIQUE MEIRELLES.....28

Segunda-Feira, 12 de Maio de 2025

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

E preciso persistência e paciência na política monetária..... 29

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Espaço para queda do juro até o fim de 2026 deverá ser modesto.....30

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Nova estratégia aproxima Brasil de investidores internacionais..... 32

Comitê Gestor do IBS deverá ser instalado mesmo sem representantes de municípios

Lu Aiko Otta De Brasília

Estrutura fundamental para o funcionamento da **reforma tributária**, o Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) deverá ser instalado na sexta-feira de forma incompleta, sem os representantes dos municípios. A falha decorre de uma disputa entre entidades representativas das prefeituras, que foi judicializada e que tem sido um obstáculo aos preparativos para a entrada em funcionamento do novo sistema, em janeiro próximo.

O Valor apurou que a área econômica do governo federal já admite risco de atraso em pontos básicos, como a aprovação do regulamento do IBS e a implantação dos sistemas informatizados para cobrança. O problema pode ser contornado, na visão de fonte, se os Estados obtiverem autorização da Justiça para deliberar provisoriamente sem os municípios.

Essa alternativa está em estudo e o Comitê de Secretários de Fazenda dos Estados (Comsefaz) já informou às duas entidades representativas dos municípios, a Confederação Nacional dos Municípios (CNM) e a Frente Nacional de Prefeitos (FNP), por meio de ofício, que não descarta buscá-la.

O Comitê Gestor vai administrar o IBS, imposto partilhado por Estados e municípios que deverá movimentar perto de R\$ 1 trilhão ao ano, quando a reforma estiver plena. Será comandado por um Conselho Superior formado por 54 membros: 27 dos Estados e 27 dos municípios. Os representantes dos Estados são os secretários de Fazenda. Os dos municípios deveriam ter sido eleitos até o dia 16 de abril passado, o que não ocorreu.

Assim, há muitas dúvidas sobre o funcionamento do Comitê. Fonte a par dos preparativos disse que a instalação do colegiado ocorre automaticamente na sexta-feira e os representantes dos Estados, os secretários, estarão empossados. Mas com a formação incompleta não se sabe exatamente o que poderá ser deliberado pelo colegiado.

O ponto mais urgente, pelo que se diz nos bastidores, é a eleição do presidente do Conselho Superior.

Caberá a ele informar ao Ministério da Fazenda o

número da conta bancária do Comitê Gestor para que, até meados de junho, seja feito um primeiro depósito de R\$ 50 milhões, com o qual serão tomadas providências básicas, como a contratação dos sistemas de cobrança do novo imposto.

Já está acertado que o primeiro presidente do Conselho será um representante dos Estados. No entanto, não se sabe se a eleição poderá ser feita sem a participação dos municípios.

Quando a reforma estiver implementada, o Comitê Gestor terá orçamento de aproximadamente R\$ 5 bilhões por ano, recurso que virá da própria arrecadação do IBS. Para essa fase inicial, porém, a União concordou em fazer um empréstimo.

Para 2025, estão previstos R\$ 50 milhões por mês, começando pelo mês seguinte ao da instalação do colegiado. Para 2026, a previsão é aportar R\$ 800 milhões. Em 2027 e 2028, no máximo R\$ 1,2 bilhão por ano.

Estados e municípios devolverão os recursos a partir de 2029. As parcelas serão corrigidas pela taxa Selic, de modo que não haverá impacto primário para a União.

Caso haja apoio da Justiça para o Comitê funcionar só com os Estados, seria possível avançar em alguns temas. Mas, avalia fonte envolvida no tema, seria temerário votar pontos essenciais, como o regulamento do IBS.

Apesar do impasse em torno do Conselho Superior, Estados e municípios já estão desde o final de 2024 trabalhando conjuntamente nos preparativos da reforma, no chamado "pré-Comitê Gestor". Assim, já há um conjunto de discussões feitas, que poderá evoluir rapidamente quando a questão formal for decidida. Por outro lado, não está definido sequer onde ficará a sede física do colegiado.

Como mostrou o Valor no dia 15 de abril, a 1ª Vara Cível de Brasília suspendeu naquele dia a eleição de representantes dos municípios para o Conselho Superior do Comitê Gestor, atendendo a pedido da FNP. A liminar segue em vigor.

Gilberto Perre, secretário-executivo da FNP, disse ao

Valor que a eleição precisa ser realizada eletronicamente, mas de forma segura o suficiente para as decisões do Comitê Gestor não serem posteriormente questionadas. FNP e CNM não se entendem quanto à operacionalização do pleito.

Paulo Ziulkoski, presidente do CMN, acusa a FNP de tentar inviabilizar as eleições porque os critérios não a favoreceriam. A Constituição e a Lei Complementar nº 214, de 2025, estabelecem que os 27 representantes serão escolhidos da seguinte forma: 14 em uma votação em que cada município representa um voto e 13 numa apuração que levaria em conta a população de cada município.

Por contar com uma base de associados maior, a Confederação Nacional dos Municípios seria a única a preencher os requisitos para apresentar chapa para o grupo de 14 representantes. Pela população representada por sua base, a entidade também poderia propor chapa para o grupo de 13 representantes, afirmou Ziulkoski.

Isso contraria expectativa da FNP, que representa grandes cidades e pretende controlar o segundo grupo. Ela alega que um acordo feito na época em que a reforma foi votada estabeleceu esses dois grupos justamente para contemplar as duas entidades. Porém, não está escrito em lugar algum, admite Perre. A CNM afirma que a eleição deve seguir a lei.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, patrocinou uma reunião com as duas entidades de prefeitos e o relator da **reforma tributária** no Senado, Eduardo Braga (MDB-AM). Ziulkoski propôs, no encontro, que a FNP indicasse oito do grupo de 13 representantes. Não houve acordo.

O Comitê Gestor começa a operar este ano, mas as regras para seu funcionamento ainda estão em discussão no Projeto de Lei Complementar nº 108/2024, em análise no Senado. Nesta terça-feira, uma audiência pública tentará buscar um acordo, disse Perre. Ziulkoski teme que a nova lei reserve o grupo de 13 representantes para a FNP.

"Esse litígio era fácil de prever, a probabilidade de se concretizar era próxima de 100%", afirmou o ex-secretário da **Receita Federal** José Tostes. Ele vinha alertando sobre os potenciais dificuldades na implementação e funcionamento do Comitê Gestor.

"Espero muito que os entes federados se acertem com relação à composição do Comitê Gestor, pois ele é peça fundamental da **reforma tributária**", comentou Daniel Loria, sócio do Loria Advogados e ex-diretor da Secretaria Extraordinária da **Reforma Tributária**. "Ao integrar Estados e municípios, serve como interface

única para os contribuintes e traz como ganhos a apuração centralizada, empoçamento menor de créditos, menos fiscais na empresa ao mesmo tempo."

"Comitê Gestor é peça fundamental da **reforma tributária**"

Daniel Loria

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#!/edition/188192?page=1§ion=4>

Para empresas, retenção de IR é complexa e terá impacto no custo

Uma das principais críticas das grandes empresas à proposta do governo para que elas mesmas façam a retenção do imposto de renda sobre os dividendos dos contribuintes de alta renda está relacionada ao impacto da medida nos custos das companhias.

A Associação Brasileira das Companhias Abertas (Abrasca) questiona a complexidade operacional do processo e questiona a responsabilidade de cobrar o imposto, que dizem ser da **Receita Federal** e não delas. Uma nota, à qual o *Estadão* teve acesso, deverá circular entre parlamentares na próxima semana, com sugestões de modificações ao texto proposto pelo Ministério da Fazenda, que prevê a retenção do tributo na fonte pelas companhias.

Na avaliação do governo, no entanto, os custos operacionais não seriam relevantes, uma vez que as empresas já fazem esse tipo de retenção quando distribuem Juros Sobre Capital Próprio (JCP), uma outra forma de repassar parte dos lucros aos investidores, que é muito utilizada pelo mercado.

Para o presidente executivo da Abrasca, Pablo Cesário, a taxa dos dividendos deveria ser quitada diretamente pelos contribuintes, sem a participação das empresas. "A proposta do governo é correta, mas deveria focar nas pessoas físicas e nos beneficiários finais (dos dividendos)", afirma.

Além disso, no entendimento da entidade, a proposta do governo, ao prever a retenção de IR no momento da distribuição dos dividendos, implicará em uma antecipação do pagamento de **tributos** ao Fisco.

De acordo com Cesário, o projeto do governo tem o mérito de viabilizar a redução da tributação sobre os mais pobres, aos isentar da cobrança de IR a faixa com renda até R\$ 5 mil por mês e reduzir o imposto sobre quem tem vencimentos de até R\$ 7 mil, mas ficou limitada em relação ao imposto que incide sobre as empresas.

"A proposta atinge um elemento distorcivo no sistema tributário e nós gostaríamos de ver uma reforma mais ampla, para nos alinhar às práticas globais de

tributação sobre as empresas. Os Estados Unidos e os países da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico) estão reduzindo as

alíquotas incidentes sobre as empresas", diz.

CONTROLE. Na prática, o IR das empresas é usado como um segundo controle para aferir se os sócios devem pagar imposto sobre os dividendos. Caso a empresa tenha pago a alíquota "cheia", de 34%, os sócios não precisam recolher IR sobre os dividendos na pessoa física.

Mas, como mostrou uma reportagem sobre a questão publicada pelo *Estadão*, a alíquota efetiva paga pelas empresas que estão na Bolsa de Valores fica bem abaixo de 34%, em razão de redutores obtidos por leis de incentivo tributário ou instrumentos contábeis.

O texto proposto pelo governo não esclarece se esses redutores serão considerados na taxa dos dividendos e sugere que o detalhamento fique para regulamentação infralegal - uma solução que o deputado Arthur Lira, relator do projeto na, já indicou ser contra.

A Abrasca defende que os redutores sejam reconhecidos e afirma que o uso do IR das empresas pode ter mais um complicador. O que será considerado no cálculo: o pagamento do imposto consolidado pela holding ou de cada subsidiária ou coligada do grupo empresarial?

No caso de grandes companhias, a diferença de interpretação pode alterar a tributação de sócios e investidores. Por isso, na visão da Abrasca, o IR das empresas não deveria entrar na análise da tributação das pessoas físicas.

Quando anunciou o projeto, o Ministério da Fazenda alegou que verificaria o pagamento feito pelas empresas para evitar a dupla tributação sobre quem recebe dividendos, quando a empresa já pagou todo o IR que deveria.

Na visão da Fazenda, esse mecanismo serviria como uma salvaguarda para o sócio de uma empresa que pagou a alíquota cheia não ser sobretaxado no dividendo. Mas o objetivo da norma é a tributação de sócios que sejam de alta renda, ainda que as empresas usufruam de benefícios fiscais. Ou seja, o benefício fiscal, segundo a Fazenda, não é o que define a tributação, mas a renda do sócio e o quanto ele paga de IR hoje.

Na nota que deverá distribuir aos parlamentares com sugestões de alteração no projeto do governo, a Abrasca defende também que a tributação sobre remessas de lucros ao exterior seja restrita a pessoas físicas e não incida sobre fundos nem empresas estrangeiras, sob pena de desestimular o investimento externo no País.

Desde o seu anúncio, a Fazenda tem dito que a medida é necessária para equalizar a tributação sobre sócios que residam no Brasil e no exterior e para evitar que haja uma revoada de contribuintes de renda mais alta para fora. Além disso, a tributação sobre remessas ao exterior tem objetivo de arrecadação. Só com a medida, o governo espera amealhar R\$ 8,9 bilhões em 2026, um terço do necessário para compensar a perda de receita com a isenção para quem ganha até R\$ 5 mil, estimada em R\$ 25,8 bilhões.*

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

STF decide não julgar teto para a base de cálculo de contribuições ao Sistema S

Luiza Calegari De São Paulo

Os contribuintes não conseguiram levar para o Supremo Tribunal Federal (STF) a discussão sobre a possibilidade de aplicação do teto de 20 salários mínimos para o cálculo das contribuições parafiscais devidas ao Sistema S. Os ministros entenderam que trata-se de questão infraconstitucional e a última palavra seria do Superior Tribunal de Justiça (STJ), que já tem decisão, em recursos repetitivos, desfavorável às empresas.

A discussão se dá em torno de duas leis da década de 80. A Lei nº 6.950, de 1981, prevê no artigo 4º que a base de cálculo das contribuições previdenciárias deve respeitar o limite de 20 salários mínimos. Seu parágrafo único complementa que esse mesmo teto tem de ser observado para as "contribuições parafiscais arrecadadas por conta de terceiros".

O Decreto nº 2.318, de 1986, no entanto, revogou o limite imposto para o cálculo "da contribuição cia empresa para a **Previdência Social**" que estava previsto no artigo 4º, mas não mexeu no parágrafo único. Por isso, os contribuintes defendem a aplicação do limite de 20 salários mínimos.

No STJ, os ministros da 1ª Seção não acataram a argumentação das empresas. Em março de 2024, definiram que as contribuições parafiscais devidas ao Sesi, Senai, Sesc e Senac devem incidir sobre toda a folha de pagamentos das empresas. Para limitar o impacto do entendimento, os ministros modularam a decisão.

Pela modulação, a decisão vale a partir da publicação da ata de julgamento e estariam ressaltadas as ações judiciais ajuizadas até a data de início do julgamento do Tema 1.079 (25 de outubro de 2023) e com decisão favorável, valendo o teto até a publicação do acórdão (17 de setembro de 2024). A modulação, porém, não encerrou a questão.

Tribunais Regionais Federais (TRFs) têm aplicado o entendimento do STJ. Foi dessa forma que a questão chegou ao Supremo. Uma empresa de equipamentos agrícolas questionou acórdão do TRF-4, que tinha vedado a limitação com base no entendimento dos ministros (processo nº 50010779120214047107).

No Supremo, por unanimidade, os ministros entenderam que não caberia à Corte se pronunciar, uma vez que a demanda exigiria o exame de legislação infraconstitucional - no caso, a Lei nº 6.950/1981 e o Decreto-Lei nº 2.318/1986.

"É infraconstitucional a controvérsia sobre a limitação da base de cálculo das contribuições destinadas a terceiros ao teto de 20 salários mínimos previsto na Lei nº 6.950/1981" foi a tese fixada, de acordo com a proposta do relator do processo, o ministro Luís Roberto Barroso (ARE 1535441).

Segundo especialistas, a decisão torna o entendimento do STJ definitivo. Porém, a modulação de efeitos aplicada ainda deverá ser analisada pela Corte Especial. A questão foi levada ao colegiado depois de haver decisões opostas em embargos de declaração apresentados pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) nos dois recursos julgados - em um o pedido foi aceito e no outro, não.

No pedido, a PGFN destaca que o artigo 927 do Código de Processo Civil (CPC), em seu parágrafo 3º, prevê que só nos casos de "alteração de jurisprudência dominante do Supremo Tribunal Federal e dos tribunais superiores ou daquela oriunda de julgamento de casos repetitivos, pode haver modulação dos efeitos da alteração no interesse social e no da segurança jurídica".

Para Eduardo Pugliese, sócio do Schneider Pugliese, a decisão do Supremo de não analisar a questão foi correta, pois o tema debatido no mérito não é constitucional. "O STJ deve discutir o conceito de jurisprudência pacífica para fins de modulação e, quando essa discussão terminar, será possível interpor recurso ao Supremo", explica.

Tiago Conde, do Sacha Calmon Misabel Derzi, advogado de um dos recursos que tramitam no STJ, entende que a decisão do Supremo traz certa segurança jurídica para a análise da questão pelo STJ. Depois disso, será possível propor um recurso mais específico contra o que for decidido. "Ainda estamos no jogo", afirma.

Carolina Rigon, sócia do ALS Advogados, destaca que o entendimento do STJ pode ser usado como precedente para afastar o teto também em relação às

demais contribuições devidas a terceiros. Ela lembra que estão com a Comissão Gestora de Precedentes, para possível indicação como representativos da controvérsia, processos que questionam a possibilidade de aplicação do Tema 1079/STJ também às contribuições pagas ao Incra, Sebrae, FN-DE, Apex e ABDI (REsp 2185634, REsp 2187625, REsp 2187646, REsp 2188421 e REsp 2185634).

"Considerando que os Tribunais Regionais Federais vêm aplicando o entendimento do STJ às demais contribuições de terceiros, porém sem estender os efeitos da modulação favorável aos contribuintes, é fundamental que o STJ, em nome da segurança jurídica e da uniformização da jurisprudência, se manifeste em sede de recurso repetitivo sobre o tema", diz a advogada.

Em nota, a PGFN afirma ter recebido "com tranquilidade o resultado do Tema 1.393 de repercussão geral, certa da correção e completude da tese de mérito definida pelo STJ no Tema 1.079 dos recursos repetitivos".

"TRFs vêm aplicando o entendimento do STJ às demais contribuições" Carolina Rigon

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#!/edition/188192?page=1
§ion=4](https://valor.globo.com/virador/#!/edition/188192?page=1§ion=4)**

INSS: próximo pagamento já poderá ter ressarcimento, garante Alckmin

Francisco Artur de Lima +

O presidente em exercício, Geraldo Alckmin, disse, no domingo (11/5), que os aposentados e pensionistas do Instituto Nacional de Seguro Social (**INSS**) afetados pela fraude dos descontos indevidos devem começar a ser ressarcidos a partir do próximo pagamento. Segundo ele, serão devolvidos R\$ 298 milhões (o governo informou o montante de R\$ 292 milhões), com pagamentos feitos entre maio e junho - valor referente às mensalidades de abril que, mesmo após o bloqueio, foram descontadas. Essa foi a primeira vez em que o vice-presidente falou sobre o assunto.

Não deu tempo de brejar. (Os descontos) Serão interrompidos no próximo pagamento, garantiu o ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, durante visita à 5ª Feira Nacional da Reforma Agrária, promovida pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, em São Paulo.

Ele enumerou as ações em curso pelo governo e lembrou que a Advocacia-Geral da União (AGU) pediu o bloqueio de R\$ 2,5 bilhões em dinheiro e bens de entidades e empresas para ressarcir aqueles que não autorizaram qualquer desconto, mas foram lesados. É importante destacar que (fraude) não começou agora. Infelizmente, começou lá atrás, mas vai terminar agora. Já foi totalmente suspenso, sem mais nenhum desconto.

O vice está à frente do Executivo até esta quarta-feira - período em que o chefe do Planalto, Luiz Inácio Lula da Silva, cumpre agenda na China. Antes do país asiático, o petista esteve na Rússia, onde disse não ter pressa na condução das investigações sobre a fraude no **INSS**. Enquanto isso, em ritmo diferente do presidente, órgãos como o Ministério da Previdência, a Controladoria-Geral da União (CGU), a Advocacia-Geral da União e o próprio **INSS** anunciaram, na última semana, uma série de medidas para punir entidades suspeitas e ressarcir aos aposentados os recursos desviados.

O **INSS** suspendeu os descontos com todas as associações e entidades que recebiam recursos de aposentados e pensionistas. A AGU, por sua vez, instaurou um grupo especial que desenvolverá ações judiciais e administrativas para recuperar os recursos repassados irregularmente.

A Advocacia-Geral pediu à Justiça Federal, na quarta-feira passada, o bloqueio de bens e contas bancárias de 12 associações suspeitas de envolvimento no esquema fraudulento. Essas entidades, de acordo com a AGU, são acusadas de atuar de forma irregular na intermediação de benefícios promovendo descontos automáticos nos contracheques de aposentados sem autorização clara dos segurados.

A Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) - associação que mais teve descontos (R\$ 435 milhões até maio deste ano, segundo a CGU) -, que inicialmente estava na lista de associações objeto das medidas cautelares, foi retirada juntamente de outras três associações: Confederação Nacional dos Agricultores Familiares e Empreendedores Familiares Rurais (Conafer), ABCB/Amar Brasil e Sindicato Nacional dos Aposentados, Pensionistas e Idosos (Sindnapi) - sindicato no qual o irmão do presidente Lula, Frei Chico, é vice-presidente.

Na última sexta-feira, mais 14 investigados - empresas e pessoas físicas - foram adicionados ao pedido de bloqueio da AGU. Mesmo com adições nas medidas cautelares, o ex-diretor de benefícios do **INSS**, André Fidélis, mencionado pela CGU, não foi incluído nas últimas ações.

Alckmin também destacou, no domingo, que o atendimento presencial para aposentados e pensionistas vem sendo estudado pela Caixa Econômica Federal. A maior parte será feita através da plataforma Meu **INSS**. Agora, tem pessoas que têm dificuldade ou não têm internet, então a Caixa está estudando uma maneira (de atender esse público), ela tem uma rede muito bem distribuída no país e vai ajudar quem precisar de atendimento presencial, comentou.

O governo federal anunciou que o processo de identificação dos aposentados que foram lesados, para contabilizar o futuro ressarcimento, começará nesta quarta-feira, por meio dos canais oficiais do **INSS**, apenas. Em meio ao momento delicado, há o desafio de evitar que as vítimas caiam em um novo golpe durante o processo de investigação e ressarcimento. Durante coletiva na semana que passou, o presidente do **INSS**, Gilberto Waller Júnior,

ressaltou, mais de uma vez, que os únicos contatos com o órgão serão por meio do aplicativo e pelo telefone.

O cidadão não precisa juntar documentos a ninguém, não precisa fazer contato com ninguém, porque ninguém está autorizado a falar em nome do **INSS**. Contatos diretos do cidadão são pelos canais oficiais: 135 ou a plataforma Meu **INSS**. Não autorizem ninguém a falar com o **INSS**, alertou.

Siga o canal do Correio no WhatsApp e receba as principais notícias do dia no seu celular

Segundo o **INSS**, os segurados serão informados sobre os descontos associativos que sofreram nas suas contas e, se reconhecem as autorizações para o desconto. Caso a resposta negue ter autorizado o desconto, poderá recorrer ao **INSS**, exclusivamente pelo canal Meu **INSS** ou pelo telefone 135.

A partir dessas respostas, o **INSS** vai acionar as associações citadas, que terão 15 dias para comprovar à instituição a legalidade do desconto e a filiação do aposentado à entidade. Caso não consiga comprovar, a associação terá outros 15 dias para devolver o valor ao **INSS**, que vai repassar o dinheiro ao aposentado na própria conta da aposentadoria, em folha de pagamento suplementar.

No fim de abril, a Polícia Federal deflagrou a Operação Sem Custo, que revelou o esquema de fraudes e desvios de dinheiro de aposentadorias no **INSS**. Segundo a PF, associações cadastraram aposentados e pensionistas do **INSS** sem autorização. Para isso, eram usadas assinaturas falsas dos cidadãos.

De acordo com a AGU, as entidades investigadas são apontadas como empresas de fachada, criadas com o único propósito de praticar a fraude contra os segurados. A investigação aponta ainda que elas teriam feito pagamentos de vantagens a agentes públicos a fim de obterem autorização para realizar os descontos indevidos, afirmou.

De acordo com o ministro da Controladoria-Geral da União, Vinicius Marques de Carvalho, a investigação continua em curso para responsabilizar as entidades que estão envolvidas com a fraude. Ele frisou que os **servidores públicos** que estão ligados ao esquema serão processados, uns pela CGU, e outros, pela AGU.

O presidente em exercício, Geraldo Alckmin, disse, no domingo (11/5), que os aposentados e pensionistas do Instituto Nacional de Seguro Social (**INSS**) afetados pela fraude dos descontos indevidos devem começar a ser ressarcidos a partir do próximo pagamento.

Segundo ele, serão devolvidos R\$ 298 milhões (o governo informou o montante de R\$ 292 milhões), com pagamentos feitos entre maio e junho - valor referente às mensalidades de abril que, mesmo após o bloqueio, foram descontadas. Essa foi a primeira vez em que o vice-presidente falou sobre o assunto.

Não deu tempo de breicar. (Os descontos) Serão interrompidos no próximo pagamento, garantiu o ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, durante visita à 5ª Feira Nacional da Reforma Agrária, promovida pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, em São Paulo.

Ele enumerou as ações em curso pelo governo e lembrou que a Advocacia-Geral da União (AGU) pediu o bloqueio de R\$ 2,5 bilhões em dinheiro e bens de entidades e empresas para ressarcir aqueles que não autorizaram qualquer desconto, mas foram lesados. É importante destacar que (fraude) não começou agora. Infelizmente, começou lá atrás, mas vai terminar agora. Já foi totalmente suspenso, sem mais nenhum desconto.

O vice está à frente do Executivo até esta quarta-feira - período em que o chefe do Planalto, Luiz Inácio Lula da Silva, cumpre agenda na China. Antes do país asiático, o petista esteve na Rússia, onde disse não ter pressa na condução das investigações sobre a fraude no **INSS**. Enquanto isso, em ritmo diferente do presidente, órgãos como o Ministério da Previdência, a Controladoria-Geral da União (CGU), a Advocacia-Geral da União e o próprio **INSS** anunciaram, na última semana, uma série de medidas para punir entidades suspeitas e ressarcir aos aposentados os recursos desviados.

O **INSS** suspendeu os descontos com todas as associações e entidades que recebiam recursos de aposentados e pensionistas. A AGU, por sua vez, instaurou um grupo especial que desenvolverá ações judiciais e administrativas para recuperar os recursos repassados irregularmente.

A Advocacia-Geral pediu à Justiça Federal, na quarta-feira passada, o bloqueio de bens e contas bancárias de 12 associações suspeitas de envolvimento no esquema fraudulento. Essas entidades, de acordo com a AGU, são acusadas de atuar de forma irregular na intermediação de benefícios promovendo descontos automáticos nos contracheques de aposentados sem autorização clara dos segurados.

A Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) - associação que mais teve descontos (R\$ 435 milhões até maio deste ano, segundo a CGU) -, que inicialmente estava na lista de associações objeto das medidas cautelares, foi

retirada juntamente de outras três associações: Confederação Nacional dos Agricultores Familiares e Empreendedores Familiares Rurais (Conafer), ABCB/Amar Brasil e Sindicato Nacional dos Aposentados, Pensionistas e Idosos (Sindnapi) - sindicato no qual o irmão do presidente Lula, Frei Chico, é vice-presidente .

Na última sexta-feira, mais 14 investigados - empresas e pessoas físicas - foram adicionados ao pedido de bloqueio da AGU. Mesmo com adições nas medidas cautelares, o ex-diretor de benefícios do **INSS**, André Fidélis, mencionado pela CGU, não foi incluído nas últimas ações.

Alckmin também destacou, no domingo, que o atendimento presencial para aposentados e pensionistas vem sendo estudado pela Caixa Econômica Federal. A maior parte será feita através da plataforma Meu **INSS** . Agora, tem pessoas que têm dificuldade ou não têm internet, então a Caixa está estudando uma maneira (de atender esse público), ela tem uma rede muito bem distribuída no país e vai ajudar quem precisar de atendimento presencial , comentou.

O governo federal anunciou que o processo de identificação dos aposentados que foram lesados, para contabilizar o futuro ressarcimento, começará nesta quarta-feira, por meio dos canais oficiais do **INSS**, apenas . Em meio ao momento delicado, há o desafio de evitar que as vítimas caiam em um novo golpe durante o processo de investigação e ressarcimento. Durante coletiva na semana que passou, o presidente do **INSS**, Gilberto Waller Júnior, ressaltou, mais de uma vez, que os únicos contatos com o órgão serão por meio do aplicativo e pelo telefone.

O cidadão não precisa juntar documentos a ninguém, não precisa fazer contato com ninguém, porque ninguém está autorizado a falar em nome do **INSS**. Contatos diretos do cidadão são pelos canais oficiais: 135 ou a plataforma Meu **INSS** . Não autorizem ninguém a falar com o **INSS** , alertou.

Siga o canal do Correio no WhatsApp e receba as principais notícias do dia no seu celular

Segundo o **INSS**, os segurados serão informados sobre os descontos associativos que sofreram nas suas contas e, se reconhecem as autorizações para o desconto. Caso a resposta negue ter autorizado o desconto, poderá recorrer ao **INSS**, exclusivamente pelo canal Meu **INSS** ou pelo telefone 135.

A partir dessas respostas, o **INSS** vai acionar as associações citadas, que terão 15 dias para

comprovar à instituição a legalidade do desconto e a filiação do aposentado à entidade. Caso não consiga comprovar, a associação terá outros 15 dias para devolver o valor ao **INSS**, que vai repassar o dinheiro ao aposentado na própria conta da aposentadoria, em folha de pagamento suplementar.

No fim de abril, a Polícia Federal deflagrou a Operação Sem Custo , que revelou o esquema de fraudes e desvios de dinheiro de aposentadorias no **INSS**. Segundo a PF, associações cadastraram aposentados e pensionistas do **INSS** sem autorização. Para isso, eram usadas assinaturas falsas dos cidadãos.

De acordo com a AGU, as entidades investigadas são apontadas como empresas de fachada, criadas com o único propósito de praticar a fraude contra os segurados. A investigação aponta ainda que elas teriam feito pagamentos de vantagens a agentes públicos a fim de obterem autorização para realizar os descontos indevidos , afirmou.

De acordo com o ministro da Controladoria-Geral da União, Vinicius Marques de Carvalho, a investigação continua em curso para responsabilizar as entidades que estão envolvidas com a fraude. Ele frisou que os **servidores públicos** que estão ligados ao esquema serão processados, uns pela CGU, e outros, pela AGU.

Site:

<https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2025/05/7143484-inss-proximo-pagamento-ja-podera-ter-ressarcimento-garante-alckmin.html>

Após esforço concentrado, Câmara tem semana de recesso informal

Israel Medeiros +

Com apenas dois meses pela frente antes do recesso parlamentar do meio do ano, os deputados ganharam uma semana de folga. O motivo é a viagem do presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), e de outros líderes partidários a Nova York (EUA). Participarão do Lide Brazil Investment Forum 2025, organizado pelo ex-governador de São Paulo João Doria, com a presença de investidores e empresários brasileiros e norte-americanos. O evento começa amanhã. Motta também participa de outros encontros na cidade.

Depois do esforço concentrado da semana passada, que contou, inclusive, com a instalação da comissão especial da isenção do Imposto de Renda, o recesso branco na Câmara terá apenas homenagens no plenário. A Casa vai homenagear nesta semana, por exemplo, o Dia Internacional da Enfermagem, os 35 anos da criação da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), a Procissão do Fogaréu em Goiás, o dia do medicamento genérico e a Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF).

Embora os deputados estejam fora, os gabinetes seguem funcionando e não haverá qualquer desconto nos salários mensais de R\$ 44 mil dos parlamentares.

Além da ausência de Motta, outro motivo para a pouca pressa na Câmara é a falta de pagamento de emendas parlamentares. Apesar de o tema estar pacificado com o Supremo Tribunal Federal (STF), questões administrativas ainda estão travando a liberação. Para 2025, estão reservados R\$ 50,4 bilhões no orçamento para indicações feitas por deputados e senadores. Só quando o governo começar a pagar esses valores - e os remanescentes de 2024, quando o STF bloqueou valores bilionários por falta de transparência -, é que o Congresso vai voltar a funcionar a todo vapor, com a possível aprovação dos temas de interesse do Executivo.

Quanto à oposição, a aprovação, pela Câmara, da suspensão da ação penal contra o deputado Alexandre Ramagem (PL-RJ) esvaziou a caixa de munições da anistia aos golpistas do 8 de janeiro. O grupo vinha pressionando Hugo Motta para pautar o assunto desde fevereiro e chegou a anunciar obstruções aos trabalhos da Casa. Como Motta se

dignou a pautar e a votar o caso de Ramagem - que abria espaço, inclusive, para beneficiar outros nomes importantes investigados na trama golpista -, não deve mais nada ao grupo alinhado ao ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), mesmo tendo o STF derrubado o que aprovou a Câmara por considerar a manobra inconstitucional.

No Senado, as sessões no Plenário serão realizadas normalmente. O presidente do Congresso e do Senado Federal, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), integra a comitiva do presidente Luiz Inácio Lula da Silva que foi à Rússia e desembarcou no sábado (10) na China. Ele deve voltar a tempo, no entanto, de conduzir os trabalhos da Casa Alta ao longo da semana.

Para a quinta-feira (15), por exemplo, está prevista a deliberação sobre um projeto de resolução que institui a Frente Parlamentar do Senado Federal em Defesa da Exploração de Petróleo na Margem Equatorial, que abrange o litoral do Amapá (estado de Davi Alcolumbre) e do Rio Grande do Norte. Alcolumbre é defensor da exploração no local.

O tema ainda gera disputas internas dentro do governo, já que vai na contramão da agenda ambiental liderada pela ministra Marina Silva (Meio Ambiente). Apesar de a exploração na região ser um tema de interesse do Palácio do Planalto (Lula quer repetir o sucesso da descoberta do Pré-Sal, em 2007), quem propôs a frente parlamentar foi o senador Zequinha Marinho (Podemos-PA), com apoio de outros senadores de oposição.

Se quando o assunto é anistia, Motta não deve mais nada à oposição, o pedido de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) ainda é assunto quente. Motta prometeu, há quase duas semanas, que avaliaria a situação do pedido de CPI depois da instalação de comissões especiais na semana passada. Há outros 12 requerimentos de instalação de CPI que precisam ser avaliados cronologicamente.

Na prática, Motta ganhou mais tempo. Três semanas depois de o escândalo vir a público, o tema começa a perder tração no noticiário político. Ciente do impacto da demora para instalar a CPI, parte da oposição coletou assinaturas para uma Comissão Parlamentar

Mista de Inquérito (CPMI), que teria a participação de deputados e senadores, mas desistiu de protocolar o requerimento, mesmo já tendo as assinaturas necessárias, sem dar explicações. Parte disso tem a ver com o fato de Davi Alcolumbre, no Senado, jamais esteve interessado em instalar a CPMI.

Siga o canal do Correio no WhatsApp e receba as principais notícias do dia no seu celular

Enquanto isso, o governo continua a atuar nos bastidores para tentar evitar que uma CPI ou uma CPMI sejam instaladas. A estratégia é esperar a poeira diminuir e enfatizar que o esquema criminoso só foi investigado porque o presidente Lula deu autonomia às instituições. O próprio Vinicius de Carvalho, ministro da Controladoria-Geral da União (CGU), órgão de controle do Executivo que ajudou a desbaratar o esquema, foi recrutado para participar do esforço de comunicação.

Além de comparecer a reuniões sobre o assunto, também gravou um vídeo, na última semana, que foi amplamente divulgado por aliados do Planalto e publicado nas redes sociais da CGU. A gente trabalha muito por aqui, sem barulho, sem politicagem. Desde o início deste governo, recebemos a orientação do presidente Lula para que a CGU seja implacável contra qualquer ato de corrupção. E é isso que estamos fazendo. É sempre hora de corrigir o que está errado, com verdade, e com respeito a quem mais precisa. Não é hora de espalhar medo ou mentira, disse, na ocasião.

O Executivo também anunciou, na última semana, as primeiras medidas para o ressarcimento das vítimas do escândalo do **INSS**, como o aviso de que ele começa a ser feito ainda neste mês aos aposentados e pensionistas que foram alvo de desvios feitos por criminosos. O governo também tem dito que as vítimas serão pagas com os recursos recuperados dos criminosos, mas ainda não explicou como isso se dará, já que houve lavagem de dinheiro.

Com apenas dois meses pela frente antes do recesso parlamentar do meio do ano, os deputados ganharam uma semana de folga. O motivo é a viagem do presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), e de outros líderes partidários a Nova York (EUA). Participarão do Lide Brazil Investment Forum 2025, organizado pelo ex-governador de São Paulo João Doria, com a presença de investidores e empresários brasileiros e norte-americanos. O evento começa amanhã. Motta também participa de outros encontros na cidade.

Depois do esforço concentrado da semana passada, que contou, inclusive, com a instalação da comissão

especial da isenção do Imposto de Renda, o recesso branco na Câmara terá apenas homenagens no plenário. A Casa vai homenagear nesta semana, por exemplo, o Dia Internacional da Enfermagem, os 35 anos da criação da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), a Procissão do Fogaréu em Goiás, o dia do medicamento genérico e a Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF).

Embora os deputados estejam fora, os gabinetes seguem funcionando e não haverá qualquer desconto nos salários mensais de R\$ 44 mil dos parlamentares.

Além da ausência de Motta, outro motivo para a pouca pressa na Câmara é a falta de pagamento de emendas parlamentares. Apesar de o tema estar pacificado com o Supremo Tribunal Federal (STF), questões administrativas ainda estão travando a liberação. Para 2025, estão reservados R\$ 50,4 bilhões no orçamento para indicações feitas por deputados e senadores. Só quando o governo começar a pagar esses valores - e os remanescentes de 2024, quando o STF bloqueou valores bilionários por falta de transparência -, é que o Congresso vai voltar a funcionar a todo vapor, com a possível aprovação dos temas de interesse do Executivo.

Quanto à oposição, a aprovação, pela Câmara, da suspensão da ação penal contra o deputado Alexandre Ramagem (PL-RJ) esvaziou a caixa de munições da anistia aos golpistas do 8 de janeiro. O grupo vinha pressionando Hugo Motta para pautar o assunto desde fevereiro e chegou a anunciar obstruções aos trabalhos da Casa. Como Motta se dignou a pautar e a votar o caso de Ramagem - que abria espaço, inclusive, para beneficiar outros nomes importantes investigados na trama golpista -, não deve mais nada ao grupo alinhado ao ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), mesmo tendo o STF derrubado o que aprovou a Câmara por considerar a manobra inconstitucional.

No Senado, as sessões no Plenário serão realizadas normalmente. O presidente do Congresso e do Senado Federal, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), integra a comitiva do presidente Luiz Inácio Lula da Silva que foi à Rússia e desembarcou no sábado (10) na China. Ele deve voltar a tempo, no entanto, de conduzir os trabalhos da Casa Alta ao longo da semana.

Para a quinta-feira (15), por exemplo, está prevista a deliberação sobre um projeto de resolução que institui a Frente Parlamentar do Senado Federal em Defesa da Exploração de Petróleo na Margem Equatorial, que abrange o litoral do Amapá (estado de Davi Alcolumbre) e do Rio Grande do Norte. Alcolumbre é defensor da exploração no local.

O tema ainda gera disputas internas dentro do governo, já que vai na contramão da agenda ambiental liderada pela ministra Marina Silva (Meio Ambiente). Apesar de a exploração na região ser um tema de interesse do Palácio do Planalto (Lula quer repetir o sucesso da descoberta do Pré-Sal, em 2007), quem propôs a frente parlamentar foi o senador Zequinha Marinho (Podemos-PA), com apoio de outros senadores de oposição.

Se quando o assunto é anistia, Motta não deve mais nada à oposição, o pedido de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) ainda é assunto quente. Motta prometeu, há quase duas semanas, que avaliaria a situação do pedido de CPI depois da instalação de comissões especiais na semana passada. Há outros 12 requerimentos de instalação de CPI que precisam ser avaliados cronologicamente.

Na prática, Motta ganhou mais tempo. Três semanas depois de o escândalo vir a público, o tema começa a perder tração no noticiário político. Ciente do impacto da demora para instalar a CPI, parte da oposição coletou assinaturas para uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI), que teria a participação de deputados e senadores, mas desistiu de protocolar o requerimento, mesmo já tendo as assinaturas necessárias, sem dar explicações. Parte disso tem a ver com o fato de Davi Alcolumbre, no Senado, jamais esteve interessado em instalar a CPMI.

Siga o canal do Correio no WhatsApp e receba as principais notícias do dia no seu celular

Enquanto isso, o governo continua a atuar nos bastidores para tentar evitar que uma CPI ou uma CPMI sejam instaladas. A estratégia é esperar a poeira diminuir e enfatizar que o esquema criminoso só foi investigado porque o presidente Lula deu autonomia às instituições. O próprio Vinicius de Carvalho, ministro da Controladoria-Geral da União (CGU), órgão de controle do Executivo que ajudou a desbaratar o esquema, foi recrutado para participar do esforço de comunicação.

Além de comparecer a reuniões sobre o assunto, também gravou um vídeo, na última semana, que foi amplamente divulgado por aliados do Planalto e publicado nas redes sociais da CGU. A gente trabalha muito por aqui, sem barulho, sem politicagem. Desde o início deste governo, recebemos a orientação do presidente Lula para que a CGU seja implacável contra qualquer ato de corrupção. E é isso que estamos fazendo. É sempre hora de corrigir o que está errado, com verdade, e com respeito a quem mais precisa. Não é hora de espalhar medo ou mentira ,

disse, na ocasião.

O Executivo também anunciou, na última semana, as primeiras medidas para o ressarcimento das vítimas do escândalo do **INSS**, como o aviso de que ele começa a ser feito ainda neste mês aos aposentados e pensionistas que foram alvo de desvios feitos por criminosos. O governo também tem dito que as vítimas serão pagas com os recursos recuperados dos criminosos, mas ainda não explicou como isso se dará, já que houve lavagem de dinheiro.

Site:

<https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2025/05/7143492-apos-esforco-concentrado-camara-tem-semana-de-recesso-informal.html>

Câmara e Senado devem ter semana esvaziada com presidentes fora do país e votação remota liberada

Gabriel Sabóia

Com os presidentes da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), e do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), fora do país, a semana deve ser esvaziada no Congresso. A Câmara não terá sessões em plenário, com as comissões funcionando em esquema semi-presencial, ou seja, parlamentares poderão ficar em suas bases eleitorais e votar projetos de forma remota.

Motta participará de um fórum em Nova Iorque, nos Estados Unidos, onde deve ser acompanhado por outros parlamentares, além de governadores. Enquanto isso, Alcolumbre acompanha o presidente Luiz Inácio Lula da Silva em viagem à China. O senador está fora desde a semana passada, quando também integrou a comitiva presidencial na Rússia.

Sem sessões deliberativas no plenário da Câmara, a expectativa é de pouco movimento nos corredores do Congresso, com os parlamentares em suas bases. O recesso informal ocorre após dias de esforço concentrado e em meio às pressões para que Motta se posicione em relação à votação do Supremo Tribunal Federal (STF) que reveiu a suspensão da ação penal que tem o deputado Alexandre Ramagem (PL-RJ) com réu por participação em uma trama golpista.

Já no Senado, a previsão é de algum movimento na quinta-feira, quando a Comissão de Fiscalização e Controle do Senado deve ouvir, o novo ministro da Previdência, Wolney Queiroz, sobre as fraudes no **INSS**. A estimativa é de que mais de R\$ 6 bilhões tenham sido descontados indevidamente de aposentados e pensionistas. Wolney deve ser questionado sobre a conduta da pasta diante do escândalo. Na ocasião, ele era o número dois da **Previdência Social**, enquanto o ministério era chefiado pelo ex-ministro Carlos Lupi (PDT).

Site:

<https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2025/05/12/camara-e-senado-devem-ter-semana-esvaziada-com-presidentes-fora-do-pais-e-votacao-remota-liberada.ghtml>

Tira-dúvidas IR 2025: posso ver possíveis pendências da malha fina pelo aplicativo do INSS?

Economia | **Rafaela Soares, do R7, em Brasília**

O prazo para declarar o Imposto de Renda 2025 termina em 30 de maio. Neste ano, a obrigatoriedade se estende a quem recebeu rendimentos tributáveis acima de R\$ 33.888 em 2024, um aumento em relação ao limite anterior de R\$ 30.639,90.

Segundo a **Receita Federal**, é possível ver as possíveis pendências na malha no aplicativo oficial. Acessando com conta Gov.br de nível prata ou ouro, o contribuinte pode consultar eventuais pendências e as orientações sobre como resolvê-las.

Quem não entregar a declaração dentro do período estabelecido estará sujeito ao pagamento de multa, que varia de R\$ 165,74 até 20% do valor do imposto devido.

Leia também: Imposto de Renda 2025: veja série do R7 para simplificar a declaração e evitar a malha fina

A expectativa é que a **Receita Federal** receba 46,2 milhões de declarações até 30 de maio.

"O valor da multa começa a ser contabilizado no primeiro dia seguinte ao da data limite de entrega e para de contar na data do envio da declaração ou, se não for entregue, na data do lançamento de ofício pela **Receita Federal**", informou o órgão.

Fique por dentro das principais notícias do dia no Brasil e no mundo. Siga o canal do R7, o portal de notícias da Record, no WhatsApp

Site: <https://noticias.r7.com/economia/tira-duvidas-ir-2025-posso-ver-possiveis-pendencias-da-malha-no-app-12052025/>

Governo estuda consultar o STF sobre edição de crédito extraordinário para o INSS

Em meio a dúvidas sobre o impacto fiscal do escândalo, o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva dá início à semana na tentativa de "estancar a sangria" na crise do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) com o início oficial do plano para quantificar a fraude e, então, ressarcir os aposentados e pensionistas que tiveram descontos indevidos na folha desde 2019. Além disso, há uma expectativa entre integrantes do governo de avanço no processo de devolução dos valores de forma concomitante à discussão orçamentária.

O Valor apurou que há a possibilidade de o governo pedir ao Supremo Tribunal Federal (STF) autorização para a edição de um crédito extraordinário fora da meta de resultado primário, ideia defendida fora da equipe econômica. Pelo arcabouço fiscal atual, essa medida é computada fora dos limites de despesa, mas o valor entra na meta fiscal - zero para este ano.

Como a execução orçamentária está apertada e o governo divulga no dia 22 o primeiro relatório bimestral de receitas e despesas, uma ala da equipe defende que deve já haver uma solução, do ponto de vista fiscal, para a questão. Fontes envolvidas na discussão, no entanto, reiteram que, antes, é preciso haver mais clareza sobre o montante total a ser ressarcido.

Ainda do ponto de vista fiscal, fontes do governo dizem que, como o processo de ressarcimento tende a ser mais lento, dada a complexidade da apuração e comprovação de que os descontos foram indevidos, existe a possibilidade de parte do recurso ser executado somente em 2026. Assim, para este ano, o impacto seria reduzido.

Já do ponto de vista prático, a partir desta terça-feira (13), mais de 9 milhões de beneficiários receberão informações sobre descontos e vão poder notificar o órgão sobre eventuais irregularidades. Na quarta, os aposentados e pensionistas poderão informar ao **INSS** irregularidades nos descontos informados. A partir de então, o órgão notificará a associação responsável, que deverá dizer se houve ou não autorização. Caso a entidade assuma que há irregularidade, o órgão emitirá um boleto para a devolução do montante.

Integrantes da área jurídica do governo admitem, no entanto, que são esperadas contestações no âmbito

desse processo, tanto por parte das entidades, caso acusadas de irregularidades, como pelos próprios beneficiários, que podem contestar uma eventual posição do **INSS** de que houve autorização dos descontos. Por isso, dizem, há uma tendência de lentidão no processo.

Politicamente, o governo havia adotado, de início, a retórica de culpar a gestão Jair Bolsonaro (PL) pelo escândalo no **INSS**. Esse foi a principal eixo da mensagem do presidente Lula no discurso do Dia dos Trabalhadores.

Como parte dessa estratégia, Lula disse em seu pronunciamento, em cadeia de rádio e TV, que sua gestão foi a responsável por desmontar o esquema criminoso. Em menos de uma semana, entretanto, o sangramento de Lula junto à opinião pública provocou troca de farpas internas.

O Valor apurou que, em uma reunião recente, a cúpula do Planalto demonstrou irritação com o fato de órgãos do governo terem divulgados estimativas do montante supostamente desviado sem que houvesse confirmação dos dados.

Um exemplo citado no encontro é a cifra de R\$ 6,3 bilhões, que a Controladoria-Geral da União (CGU) divulgou como possível valor que poderia ter sido desviado de forma fraudulenta. O montante passou a ser utilizado pela oposição, mas, até agora, nem mesmo o governo consegue estimar qual foi o tamanho do rombo e muito menos o número de lesados. Na quinta-feira, o novo presidente do **INSS** mencionou que as fraudes podem, agora, ser menores que R\$ 5,9 bilhões.

Na sexta, o **INSS** esclareceu que vai devolver R\$ 292,6 milhões para aposentados e pensionistas entre os dias 26 de maio e 6 de junho. Segundo o órgão, esse valor é referente às mensalidades de abril que, mesmo após o bloqueio, foram descontadas por sindicatos e associações.

Isso ocorreu, segundo o **INSS**, porque a folha do mês já havia sido rodada. Segundo o órgão, o dinheiro será devolvido na folha de maio.

Notícias Relacionadas:

VALOR ECONÔMICO - SP

Governo estuda consultar o STF sobre edição de crédito extraordinário para o INSS

Site:

<https://valor.globo.com/politica/noticia/2025/05/12/governo-estuda-consultar-o-stf-sobre-edicao-de-credito-extraordinario-para-o-inss.ghtml>

Novos capítulos para o ICMS sobre materiais intermediários - OPINIÃO JURÍDICA

Marcos Correia Piqueira Maia

Opinião Jurídica - Marcos Correia Piqueira Maia é sócio do escritório Maneira Advogados

Um dos temas mais controvertidos em matéria tributária, desde a promulgação da Constituição de 1988, é a delimitação do alcance do direito de crédito do ICMS sobre a aquisição dos chamados "materiais intermediários". A dificuldade sempre foi a de distingui-los dos bens de mero "uso e consumo", cuja própria Lei Complementar nº 87/96 veda o creditamento.

Ao longo do tempo, muito se debateu sobre os critérios para que determinado material fosse classificado como "intermediário". Os que prevaleceram na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF)-e que, durante muito tempo, foram replicados pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) - podem ser resumidos da seguinte forma: (i) o material deve ser integrado fisicamente ao produto final e (ii) deve ocorrer o seu consumo imediato e integral no curso processo produtivo. Caso contrário, teria natureza de "uso e consumo".

Esse posicionamento de caráter restritivo adotado historicamente pelo STF deixou de ser seguido pelo STJ, cujos julgados mais recentes vão em linha diametralmente oposta, no sentido de que basta a aplicação do bem de forma essencial na atividade-fim do contribuinte (chamado de "critério da essencialidade") para que fique garantido, na condição de produto intermediário, o direito de crédito de ICMS (conforme decidido no EAREsp 1.775.781).

Ou seja, o STJ passou a adotar um racional completamente diferente, que parte de outra premissa (mais simples e adequada ao princípio da não cumulatividade), em que não importa se o bem é consumido imediatamente ou não ou se tem algum contato físico com o produto final. Isso é indiferente. O foco está na essencialidade dele para a consecução da atividade-fim do contribuinte. Se assim o for, será legítimo o direito de crédito.

Tal entendimento vem se consolidando na 1ª Seção do STJ desde o julgamento do REsp 1.221.170 em

2018, que tratava de tema semelhante, porém sob a ótica do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da **Seguridade Social** (Cofins).

De todo modo, o fato é que há, atualmente, uma notória divergência entre os critérios adotados pelas nossas Cortes Superiores para se definir se determinado bem gera ou não direito de crédito de ICMS.

Os contribuintes anseiam que o STF, diante da atual jurisprudência do STJ, reveja o seu posicionamento histórico para fazer prevalecer o critério da essencialidade. E tal evento pode vir a ocorrer no âmbito do RE 1.424.015/SC, proveniente do julgamento do Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR) nº 10 pelo Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJSC), em que se afirmou, na linha restritiva adotada pelo STF, que o "enquadramento do bem como material intermediário pressupõe o seu consumo imediato e integral no processo produtivo e sua integração física ao produto final". O caso chegou à Suprema Corte em meados de 2024 e o relator é o ministro Nunes Marques.

Espera-se, diante dessas circunstâncias, que o Supremo afete o REI.424.015/SC à sistemática de repercussão geral e, assim, dê uma solução definitiva para o tema (a afetação ainda não ocorreu, entretanto, pode vir a ser decidida a qualquer momento pela Suprema Corte).

Há, no entanto, um fato novo que pode vir a gerar confusão conceitual no critério da essencialidade que vem sendo muito bem construído, qual seja: a Comissão Gestora de Precedentes do próprio STJ indicou a Controvérsia nº 711 como tema passível de julgamento pela sistemática dos recursos repetitivos. Ocorre que o objeto da controvérsia foi descrito da seguinte forma: "Possibilidade de obtenção de crédito de ICMS, na sistemática da Lei Complementar n-87/1996, relativo aos insumos definidos como de uso ou de consumo próprio do estabelecimento, utilizados no processo de produção, mas que não integram o produto final ou o seu consumo não seja de forma imediata e integral no processo produtivo".

A delimitação dos contornos da Controvérsia nº 711, como visto, não foi a melhor, considerando o atual estágio da jurisprudência. Afinal, o STJ pode acabar chegando à conclusão de que elevem ser classificados como bens de "uso e consumo" os diversos itens que são utilizados diretamente no processo produtivo, mas que não integram o produto final e nem são consumidos de forma imediata e integral. Essa interpretação irá colidir com o racional inerente ao mencionado critério da essencialidade, que vem prevalecendo na Corte para se reconhecer o direito de crédito de ICMS sobre produtos intermediários.

Existem inúmeras ações judiciais em curso e autos de infração pendentes de julgamento sobre esse tema que, em respeito ao princípio da não cumulatividade, deveria estar pacificado há tempos. Afinal, todos os bens aplicados de forma direta na atividade-fim do contribuinte (comovem definindo o STJ), por representarem custo da produção ou da prestação de serviços, elevem gerar direito de crédito, sob pena de se ter uma inevitável incidência "em cascata" do imposto. Isso quer dizer que o imposto incidirá sobre ele mesmo dentro da cadeia de circulação, o que gerará diversos impactos econômicos negativos.

Seria importante que nossos tribunais superiores alinhassem as suas posições para dirimir esse imbróglio, adotando, como esperam os contribuintes, o critério da essencialidade para se dar maior efetividade ao princípio da não cumulatividade, que é um dos pilares de nossa **reforma tributária**.

Este artigo reflete as opiniões do autor, e não do jornal Valor Econômico. O jornal não se responsabiliza e nem pode ser responsabilizado pelas informações acima ou por prejuízos de qualquer natureza em decorrência do uso dessas informações

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/188192?page=1
§ion=4](https://valor.globo.com/virador/#/edition/188192?page=1§ion=4)**

Marco legal para data centers prevê redução de impostos para o setor e exige uso de energia limpa

A medida provisória (MP) em fase final de elaboração pelo governo para incentivar a instalação de data centers no Brasil prevê obrigatoriedade do uso de energia limpa por empreendimentos do setor. O Ministério da Fazenda estima um potencial de R\$ 2 trilhões de investimento com a política nacional que vai conceder incentivos para o setor.

A ideia do governo com a medida provisória é antecipar os efeitos da **Reforma Tributária** para o setor, com incentivos como a desoneração total de investimentos de longo prazo (do chamado Capex), isenção de imposto de importação para equipamentos sem fabricação nacional e isenção de **tributos** sobre serviços exportados a partir desses centros de dados.

A MP deve ser publicada nos próximos dias. Como contrapartida, a medida vai exigir investimento no desenvolvimento regional das empresas de data center, como oferta ao mercado doméstico, investimento em pesquisas de desenvolvimento em inteligência artificial e na cadeia de sustentabilidade do setor.

- São **tributos** federais que serão reduzidos para estimular o investimento. Hoje, o Capex do investimento em data center corresponde a aproximadamente 85% do investimento - conta Uallace Moreira Lima, secretário de Desenvolvimento Industrial do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic), Uallace Moreira Lima.

Segundo Moreira, o marco legal vai incentivar o uso de fontes de energia como eólica e solar.

- Temos uma política que preza ter uma transição energética. Vai ser obrigatório o uso de energia limpa - detalha.

Além do Mdic, os ministérios da Fazenda, de Minas e Energia e a Casa Civil trabalham na proposta. Na semana passada, o ministro Fernando Haddad foi aos Estados Unidos para apresentar o novo plano nacional aos players do mercado. Na Califórnia, a pasta promoveu um café da manhã entre empresas brasileiras e líderes do mercado mundial, como Google, Meta, Microsoft, Nvidia e Amazon.

No fim de abril o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, viajou à China também visando atrair investimentos em data centers no Brasil. Ele se reuniu com representantes de empresas chinesas, como BYD, Huawei e ByteDance (dona do TikTok) - que está em processo de negociação para um projeto no Ceará com estimativa de R\$ 50 bilhões em investimento, segundo o ministro.

- Eles demonstraram muito interesse e o potencial deles de data center. Estão muito animados com o data center do TikTok, lá no porto de Pecém - disse Silveira ao GLOBO. - Nos disseram que o Brasil já é competitivo, um país que tem segurança jurídica e já estão arraigados por aqui.

A elaboração da medida começou no ano passado, mas foi travada pela agenda parlamentar congestionada devido às eleições. Deste modo, 2025 é visto como mais promissor para avançar em uma política pública sobre o tema.

Para a Associação Brasileira da Data Center (ABDC), o país é um player competitivo na disputa global, em especial quando se pensa na qualidade da indústria de construção e da cadeia de fornecedores, mas o ponto negativo é o "famoso custo Brasil", destacou o vice-presidente da associação, Luis Tossi. Ele cita que o impacto desse tipo de empreendimento no país tem um bom retorno para as economias locais, por envolver um número considerável de profissionais:

- É comum que um dos atrativos seja a capacidade do local de fornecer mão de obra qualificada para o processo de construção e, principalmente, para a sustentação dos serviços, como uma tendência de que esses profissionais sejam locais, além de toda a cadeia de mão de obra indireta. Dessa forma, podemos afirmar que os municípios tendem a obter uma receita contínua indireta, bem como **tributos** provenientes dos serviços prestados direta e indiretamente.

Segundo a Secretaria de Desenvolvimento Econômico de São Paulo, o estado já colhe os frutos do apoio técnico e jurídico oferecido às empresas do setor. "O

potencial estratégico do Estado, aliado ao diálogo constante e ao suporte técnico oferecido às empresas, já resultou na captação de investimentos privados voltados à expansão ou instalação de novas unidades", afirma a pasta.

No Rio de Janeiro, a Elea Data Centers anunciou a Rio AI City, projeto bilionário com capacidade energética inicial de 1,5 GW e expansão prevista para até 3,2 GW, voltado ao processamento de dados e inteligência artificial.

- A cidade de data centers, que já conta com a operação do data center RJO1, está localizada na região do Parque Olímpico, reconhecida como um polo estratégico de conectividade, energia e logística. A iniciativa equivale a um investimento da ordem de bilhões de dólares, que posiciona o projeto entre os maiores da América Latina e do mundo - afirma Caroline Ranzani, diretora de Relações Institucionais da Elea.

A empresa também aposta em parcerias internacionais, como a alemã DE-CIX para instalação dos primeiros Internet Exchanges na América do Sul.

Porto Alegre também avança. A capital gaúcha atraiu a Scala Data Centers, que investiu R\$ 250 milhões na cidade. Além da geração de 500 empregos nas obras e outros 50 na operação, a prefeitura destaca os efeitos multiplicadores desses empreendimentos. A cidade reduz o ISS de 5% para 2% para empresas inovadoras e tem incentivos urbanísticos.

Apesar do avanço, os obstáculos permanecem, sobretudo fora do eixo Rio-São Paulo. A necessidade de expansão da infraestrutura elétrica e da conectividade nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste ainda são pontos de atenção alertados por representantes do setor.

- Ainda que grandes centros concentrem a maior parte da demanda, há um movimento crescente para regionalizar os investimentos. O que precisamos é continuar ampliando os investimentos em conectividade e energia nas regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste, de forma a garantir ambientes competitivos para a instalação de data centers. Também é importante que políticas públicas fomentem essa interiorização, promovendo incentivos que viabilizem projetos fora dos grandes centros - pontua Ranzani.

Site:

<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2025/05/12/marco-legal-para-data-centers-preve-reducao-de-impostos-para-o-setor-e-exige-uso-de-energia-limpa.ghtml>

DESCONTOS - APOSENTADOS

EMÍDIO REBELO FILHO

É preciso e premente que o governo tome as medidas necessárias e urgentes para sanar as graves irregularidades que acontecem no Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**), com descontos nos benefícios recebidos por aposentados e pensionistas, punindo com rigor as entidades criadas exclusivamente para fraudar com descontos, sem a autorização do segurado, evitando o prejuízo que causará às organizações como COBAP e RIAAM Brasil, suspendendo a arrecadação destas que, cumprem regular e legalmente os ditames da legislação vigente, procedendo somente o desconto com autorização escrita e individual do aposentado ou pensionista. A prudência e a cautela devem ser observadas na ação dos governantes.

AÇÕES

As ações governamentais devem acontecer imediatamente na correção das graves irregularidades cometidas por entidades já identificadas pela fraude, com descontos indevidos e sem autorização nos benefícios concedidos pelo Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**). A propósito, destacamos notas já publicadas anteriormente que sugerem providências a serem adotadas na gestão administrativa do Instituto.

EXEMPLO

O Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) é um órgão do Governo Federal prestador de serviços à população brasileira e deveria ser exemplo no atendimento aos seus segurados. É a principal referência da **Previdência Social**, fazendo parte do tripé estabelecido pela Constituição da República Federativa do Brasil, a partir de 1988: saúde, assistência social e **previdência social**. Compõe a **Seguridade Social**, com arrecadação de recursos financeiros própria para suprir todas as despesas decorrentes nas três áreas, não se justificando as falhas cometidas que prejudicam, de forma perversa, os que dependem do atendimento da instituição. É imperativa uma correção na gestão do Instituto.

GESTÃO

Aposentados e pensionistas, segurados do **INSS**, não se conformam com a situação atual da instituição, com falhas injustificáveis na gestão administrativa, deixando de atender com eficiência os que necessitam

dos benefícios que, por lei, lhes são garantidos. Recursos financeiros para corrigir o malfeito existem no Orçamento da **Seguridade Social** e devem ser aplicados em admissão de pessoal qualificado e equipamentos tecnológicos que possam corrigir as deficiências administrativas. É preciso e premente que se promovam ações corretivas, sanando-se as deficiências e proporcionando aos segurados o atendimento de qualidade e merecido. Se isso acontecer, as filas com certeza desaparecerão.

FRAUDES

As fraudes sem controle e providências efetivas e de resultados positivos para evitá-las continuam causando elevados e significativos prejuízos ao Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**). É lastimável que a **Previdência Social** tenha completado 101 (cento e um) anos de existência, sendo já centenária e ainda não esteja protegida desse avanço inescrupuloso nos recursos financeiros que as cidadãs e cidadãos brasileiros, disponibilizam ao Instituto, com a finalidade de atendê-los dignamente quando necessitarem. A gestão administrativa do **INSS** precisa, urgentemente, tomar medidas proteti-vas para evitar ocorrências fraudulentas como aconteceu recentemente no interior do Estado do Pará.

GESTÃO

O Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) não pode nem deve permitir que se utilize a fraude na concessão do benefício previdenciário. O Instituto tem, obrigatoriamente, que estar preparado para evitar a sangria dos recursos financeiros disponibilizados pelo contribuinte. Para isso, precisa fortalecer e adequar a sua gestão administrativa com recursos humanos qualificados e equipamentos tecnológicos que possam coibir ações de improbidade. O **INSS** tem que ser exemplo de administração, pois é responsável pela manutenção da qualidade de vida dos aposentados, pensionistas e também dos milhões de contribuintes-segurados que ainda permanecem no mercado de trabalho.

EDUCAÇÃO

Reflexão do pensador Pitágoras, que viveu há 470 anos antes de Cristo, válida para ontem, hoje e sempre: "Observa o teu culto à família e cumpre os teus deveres para com o teu pai, tua mãe e todos os

teus parentes. Educa as crianças e não precisarás castigar os homens".

Site: https://digital.maven.com.br/temp_site/issue-137747-1205202508%20-%20847781686445300f49a69cdcccf87dd8.pdf

Cumprir decisão do STF fará governo economizar R\$ 128 bilhões em emendas

LAVÍNIA KAUCZ CÍCERO COTRIM BRASÍLIA

O governo federal poderá economizar um montante que chegaria a R\$ 128,35 bilhões até 2029 se adotar as regras estabelecidas pelo Supremo Tribunal Federal (STF) para controlar o crescimento das emendas parlamentares. Os cálculos foram feitos pelo Estadão/Broadcast e comparados com as estimativas apresentadas pelo Executivo no Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) de 2026.

Conforme decisões do ministro Flávio Dino, que foram referendadas pelos colegas da Corte, as emendas totais - incluindo as de gasto impositivo e não impositivo - não podem crescer mais do que o menor de três critérios: a variação das despesas discricionárias (não obrigatórias) do Executivo, o limite de crescimento do arcabouço fiscal (0,6% a 2,5% acima da inflação) ou a variação da Receita Corrente Líquida (RCL).

Ao enviar a proposta da Lei de Diretrizes Orçamentárias do ano que vem, o Executivo, no entanto, ignorou os critérios mais rígidos estabelecidos pelo Supremo. O Ministério do Planejamento afirmou ao Estadão/Broadcast que o projeto de diretrizes orçamentárias de 2026 segue a lei aprovada pelo Congresso em outubro do ano passado com regras para a execução de emendas parlamentares.

Pela norma, emendas individuais e de bancada podem crescer de acordo com o limite do arcabouço. As emendas não impositivas, em linha com a inflação.

Segundo o PLDO, as emendas individuais e de bancada, cujo pagamento é impositivo, cresceriam em média 4,94% ao ano, em termos nominais, de 2026 a 2029. Descontando a inflação estimada pelo governo no período, a alta média seria de 1,04%.

As emendas de comissão, que não são impositivas, avançariam em média 3,88% ao ano nesse mesmo intervalo, em linha com a estimativa de IPCA usada pelo governo no texto.

O Ministério do Planejamento disse que a situação será reanalisada à luz de decisões judiciais na apresentação do Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2026, prevista para agosto. "No PLDO foi incluído o valor completo, com o objetivo de

transparecer os efeitos possíveis das emendas na repartição de recursos. No PLOA 2026 (que será apresentado até 31 de agosto) a situação será avaliada à luz do cenário atualizado, garantindo atendimento da legislação e decisões judiciais", afirmou a pasta, em nota.

CÁLCULO. Enquanto as emendas crescem, o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias prevê que as despesas discricionárias vão diminuir, em média, 43,19% ao ano entre 2026 e 2029 - de R\$ 208,284 bilhões no ano que vem para R\$ 8,852 bilhões no fim do período. Por isso, qualquer reajuste para cima no montante destinado às emendas faria com que esses pagamentos superem com folga os gastos não obrigatórios do governo. Pelo projeto, elas seriam de R\$ 61,679 bilhões no fim da década - quase sete vezes o total das discricionárias.

Em contrapartida, se a regra do STF for cumprida integralmente - ou seja, com diminuição no limite orçamentário para as emendas na mesma magnitude da queda das despesas discricionárias -, o montante destinado a esses pagamentos cairia a R\$ 2,237 bilhões até 2029.

Nesse cenário, a economia acumulada de 2026 até 2029 atingiria R\$ 128,350 bilhões.

"As despesas discricionárias são o meio que a chapa eleita tem de alocar novas iniciativas de políticas públicas, fazer valer sua plataforma eleitoral, e isso representa menos de 5% do Orçamento", disse o economista João Leme, analista e especialista da área fiscal da Tendências Consultoria. "A trajetória atual deixa de ser sustentável por um longo período de tempo e o STF, Executivo e Legislativo têm um grande trabalho pela frente em encontrar consenso de como seguir adiante", afirmou.

"MAIS ENGESSADO". Para Marcus Pestana, diretor executivo da Instituição Fiscal Independente (IFI) do Senado, as emendas são uma alocação legítima de recursos por parte de parlamentares eleitos pela sociedade e não há diferença de qualidade em relação aos valores destinados pelo Executivo.

"O problema é que temos o orçamento mais engessado do mundo. Uma coisa é o crescimento do valor das emendas nos últimos anos, e outra coisa é a

redução brusca das discricionárias", afirmou.

Marina Atoji, diretora de Programas da Transparência Brasil, afirma que a entidade vai questionar o descumprimento das decisões do Supremo sobre o crescimento das emendas parlamentares. Ainda não há uma data prevista para a manifestação.

"É essencial rever e limitar o crescimento do volume de recursos da União que o Legislativo tem sob seu poder, para que o planejamento e a execução orçamentários voltem a ser coesos. Infelizmente, não há indícios de que os próprios Congresso e Executivo, que deveriam tomar essa iniciativa, farão isso", disse.

PROPORÇÃO. Apesar de a Corte ter definido uma trava para o crescimento das emendas, a proporção que elas ocupam no Orçamento ainda não foi debatida no Supremo. Mas o tema é alvo de ação movida pelo PSOL, e o ministro Flávio Dino já antecipou em outubro do ano passado que o assunto deve andar em 2025. "Nós temos uma evolução que faz com que despesas com emendas, que nos países que praticam giram em torno de 1%, cheguem no Brasil a 20%", declarou na ocasião. |

REGRAS

Determinação do ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal

I As emendas totais - incluindo as de gasto impositivo e não impositivo - não podem crescer mais do que o menor de três critérios:

I 1 - a variação das despesas discricionárias (não obrigatórias) do Executivo

I 2 - o limite de crescimento do arcabouço fiscal (0,6% a 2,5% acima da inflação)

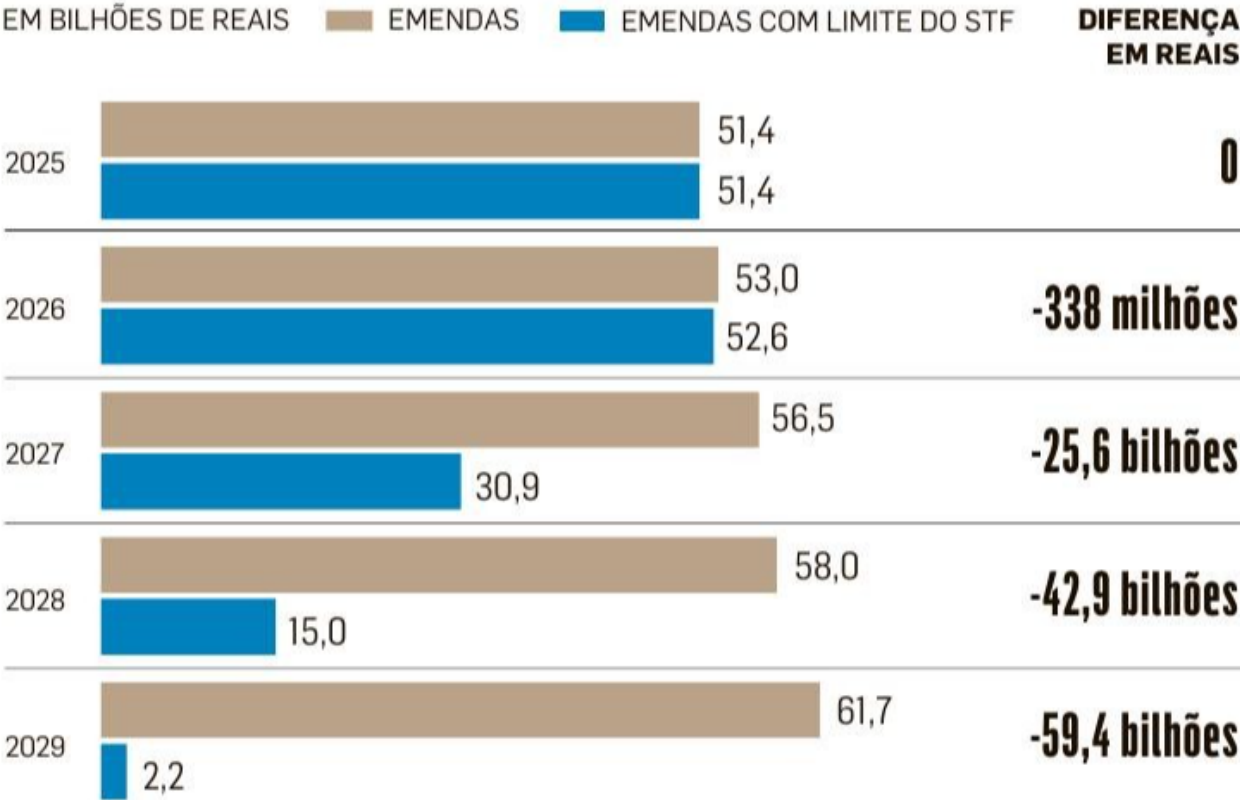
I 3 - a variação da Receita Corrente Líquida (RCL)

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

VALORES

Potencial de economia em relação ao crescimento das emendas do Orçamento

Evolução



Total



FONTES: BROADCAST E PLDO 2026 / INFOGRÁFICO: ESTADÃO

Por que os juros são altos no Brasil? - HENRIQUE MEIRELLES

HENRIQUE MEIRELLES

Há anos, a pergunta acima é uma das que eu mais ouço quando faço palestras, dou entrevistas ou converso com pessoas interessadas em economia e finanças. Como na semana passada o Co-pom decidiu elevar a taxa Selic de 14,25% para 14,75% ao ano, sei que a dúvida persistirá e que serei perguntado novamente.

Assim, tentarei explicar. Em primeiro lugar, os juros são altos devido ao fato de que a economia brasileira ainda é indexada. As despesas do governo são reajustadas de acordo com a inflação do ano anterior. O mesmo vale para preços sob supervisão de agências reguladoras, como energia e água. Isso faz com que preços livres da economia, mesmo no mercado privado, também sofram influência. A cultura da indexação não foi superada.

Além disso existe o histórico inflacionário do Brasil. A inflação foi uma doença crônica nas décadas de 1970, 80 e 90. Fomos um dos poucos países da história a conviver com a hipecinflação, que chegou a 82% ao mês em 1990. O plano Real, de 1994, acabou com isso, mas há sequelas.

Este passado faz com que a expectativa de inflação seja elevada no Brasil, o que afeta os agentes econômicos. O sistema de metas foi estabelecido em 1999 e a meta atual é de 3% ao ano, baixa perto do que já vivemos, mas acima das praticadas em economias mais desenvolvidas, na casa dos 2%. Um

A inflação foi uma doença crônica no País. O Plano Real acabou com isso, mas há sequelas pontual parece pouco, mas neste caso é uma diferença significativa.

Convivemos ainda com um motor da inflação, que é o descontrole fiscal. Há décadas, governos brasileiros gastam mais do que arrecadam. Faz parte da cultura política brasileira o gasto público além da conta. Entre 1991 e 2015, durante cinco governos, o gasto público sempre cresceu acima da inflação: saltou de 10,8% do PIB em 1991 para 19,5% em 2015. Levamos isso ao limite com a visão de que o "gasto público é vida" que prevaleceu durante alguns anos. Isto só foi interrompido em 2016, quando eu era ministro da Fazenda e implantamos o teto de gastos.

O teto estabeleceu um limitador no crescimento das despesas públicas, que tirou o Brasil da pior crise da história recente, entre 2014-2016.

Por fim, há momentos em que a taxa de juros necessária é alta. A Selic atual reflete a situação da economia, em que as expectativas de inflação para este ano e o próximo estão acima da meta e existe o risco de desancoragem por um período mais longo.

O governo não só não reduziu o ritmo de gastos, como mantém a injeção de recursos públicos na economia. Isso sem falar no cenário externo, um dos mais complexos da história recente. A taxa de juros tem motivos concretos para estar alta neste momento.*

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

E preciso persistência e paciência na política monetária

No Brasil, o crédito é o principal canal de transmissão da política monetária para a atividade econômica e para a **inflação**. Não é novidade que os efeitos das alterações na taxa básica de juro (Selic) se dão com defasa-gem, mas a velocidade desse processo depende de uma série de variáveis, nem todas sob o controle do Banco Central (BC) ou mesmo de outras esferas do governo.

Assim, é útil examinar o que vem ocorrendo com alguns indicadores importantes do mercado de crédito desde setembro de 2024, quando o BC iniciou o atual ciclo de aperto monetário, que já elevou a Selic em 4,25 pontos percentuais e colocou a taxa real de juro próxima de 9% ao ano.

Começamos com um indicador pouco acompanhado pelos analistas, mas bastante relevante, que é o hiato de crédito amplo, divulgado semestralmente pelo BC no Relatório de Estabilidade Financeira. O crédito amplo inclui todos os empréstimos e financiamentos feitos ao setor privado não financeiro, com recursos provenientes de várias fontes, tais como sistema bancário, mercado de capitais, financiamentos internacionais, fundos constitucionais, BNDES, entre outros. O "hiato" é o percentual do **PIB** em que o crédito excede ou fica aquém de sua tendência de longo prazo.

É sensato que o BC interrompa o atual ciclo de aperto e aguarde antes de definir os próximos passos

De acordo com estimativas recentes do BC, no primeiro trimestre de 2025 esse hiato era positivo em 4% do **PIB**, praticamente o mesmo nível de setembro de 2024. A fonte de recursos que mais se expandiu foi a do mercado de capitais (debêntures, títulos incentivados, direitos creditórios, e outros). Ou seja, o aperto monetário ainda não atuou de forma significativa no mercado de capitais, o que não significa que não o fará.

Já sobre o crédito proveniente apenas do sistema financeiro, os efeitos do aperto monetário são mais visíveis, mas ainda modestos. Se tomarmos as concessões de crédito a preços constantes de março de 2025 e livres de efeitos sazonais, temos os seguintes valores: pessoas jurídicas passaram de R\$ 281,4 bilhões, em setembro de 2024, para R\$ 279,6 bilhões, em março de 2025; pessoas físicas, no

mesmo período, registraram aumento de R\$ 345,6 bilhões para R\$ 354,9 bilhões.

Os efeitos mais nítidos dos aumentos da taxa Selic, que elevam o custo de captação dos bancos, estão nas taxas médias de juros das operações de crédito. Para pessoas jurídicas, essa taxa subiu de 17,7% ao ano em setembro de 2024, para 22,8% ao ano em março de 2025; para pessoas físicas, a taxa média, no mesmo período, cresceu de 32,3% ao ano para 35,4% ao ano.

Parece claro que os efeitos do expressivo aumento da Se-lic ainda estão em fase de transmissão para o mercado de crédito. Assim, é sensato que o BC interrompa o atual ciclo de aperto, como me parece que foi sutilmente sinalizado no **comunicado** divulgado após a reunião da semana passada, e aguarde com paciência antes de definir os próximos passos da política monetária.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Espaço para queda do juro até o fim de 2026 deverá ser modesto

O ciclo de alta da Selic se aproxima do fim -ou já pode até mesmo ter sido encerrado com o aumento de 0,5 ponto percentual, de 14,25% para 14,75% ao ano, promovido na semana passada pelo Banco Central (BC). Os juros brasileiros já estão muito elevados, e a economia global leve desacelerar com mais força do que se imaginava há alguns meses, devido ao impacto da escalada tarifária imposta pelo governo de Donald Trump, o que tem levado à queda dos preços de commodities como o petróleo. A Selic, desse modo, tende a ficar estacionada nos atuais 14,75% ou ter uma alta modesta na próxima reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), em meados de junho, talvez de 0,25 ponto percentual.

Isso não quer dizer, porém, que haverá um ciclo de queda expressiva da Selic a partir do fim deste ano ou do começo do próximo. As expectativas de **inflação** permanecem distantes da meta de 3%, os índices de preços correntes mostram pressões inflacionárias disseminadas, medidas tomadas pelo governo deverão dar algum gás adicional à economia e não se vislumbra nenhuma mudança na política fiscal que reduza as incertezas sobre as contas públicas até o fim do ano que vem. O consenso de mercado aponta para uma Selic de 12,5% em dezembro de 2026, o que implica uma taxa superior a 8% em termos reais, descontando a **inflação** esperada para os 12 meses seguintes, de 4%.

Os juros, desse modo, deverão continuar muito altos, mantendo nas alturas os gastos financeiros do setor público e castigando empresas e pessoas físicas endividadas. O setor privado também tende a investir menos na modernização e ampliação de sua capacidade produtiva do que poderia, dado o nível dos juros que deve prevalecer pelo menos até o fim de 2026.

Na sexta-feira, o resultado do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de abril deixou claro que o quadro inflacionário continua desconfortável, e as preocupações não se limitam à alimentação no domicílio, agrando dor de cabeça do governo. O comportamento dos preços dos serviços e dos bens industriais não é favorável, num cenário de pressões inflacionárias disseminadas, como evidencia o índice de difusão, que mostra percentual de itens em alta no mês. Em abril, o indicador ficou em 66,8%, acima dos 64,7% de março e dos 57% de abril de

2024.

O grupo alimentação no domicílio teve alta de 0,83%, desacelerando em relação ao 1,31% de março. Ainda assim, um percentual elevado, e um pouco superior ao 0,81 % do mesmo mês do ano passado. Com isso, a **inflação** acumulada pela comida em casa passou de 7,85% para 7,87%, uma variação que pesa no bolso do consumidor. Para maio, a alimentação no domicílio deve perder mais fôlego, para 0,37%, nas estimativas do economista Fábio Romão, da LCA 4Intelligence. No ano, a alta do grupo deve ficar em 7,7%, projeta ele. É uma ligeira perda de fôlego em relação aos 8,2% de 2025, devido a boas safras em algumas commodities, além da descompressão de alimentos in natura, o que aponta algum alívio no atacado agropecuário que poderá desaguar no varejo, diz Romão. Mesmo assim, 7,7% é uma variação elevada, que afeta em especial os mais pobres.

A **inflação** de serviços continua a incomodar, reflexo de um mercado de trabalho ainda forte. No IPCA de abril, os serviços mais sensíveis à atividade econômica subiram 0,61 %, um pouco abaixo do 0,65% de março, mas muito acima do 0,33% de abril de 2024. Em 12 meses, a variação passou de 6,47% para 6,74%.

Os bens industriais também mostram uma dinâmica desfavorável. Os preços desses produtos avançaram 0,6% em abril, acima do 0,37% do mês anterior. Em 12 meses, a alta passou de 3,67% para 4,09%. Há um ano, as cotações de bens industriais subiam apenas 0,35% nessa base de comparação.

Pai a Romão, artigos de residência e vestuário deverão responder "de maneira defasada à importante desvalorização cambial registrada ao longo de 2024", apesar da queda do dólar neste ano, o que poderá levar à reajustes entre maio e julho, "chancelados pelos ganhos reais de renda e pela baixa taxa de desemprego".

Romão estima um IPCA de 5,5% neste ano e de 4,5% no ano que vem, nos dois casos bem acima da meta de 3%. No Boletim Focus do BC, o consenso de mercado aponta uma **inflação** de 4% em 2027 e de 3,8% em 2028. Em resumo, as expectativas de **inflação** continuam desancoradas.

O cenário externo pode ciliar algum alívio à inflação, ao levar a uma desaceleração mais forte da economia global e a preços de commodities mais baixos. Na contramão, iniciativas do governo devem estimular a economia, o que pode ter algum impacto inflacionário. Nas contas dos economistas da XP, o novo crédito consignado para o setor privado, por exemplo, deve acrescentar 0,6 ponto percentual ao crescimento do PIB, em termos anualizados. Há também a isenção do Imposto de Renda para quem ganha acima de R\$ 5 mil por mês, o que deve injetar mais recursos na economia em 2026.

A tendência é que os juros sigam elevados até o fim do ano que vem, ainda que deva haver algum espaço para cortá-los no fim deste ano ou no primeiro semestre do ano que vem. A LCA 4Intelligence, por exemplo, vê mais uma alta de 0,25 ponto da Selic em junho, com a taxa subindo para 15% ao ano. Os juros ficariam parados nesse nível até março de 2026, quando começariam a cair, encerrando o ano que vem em 12,5%, diz Romão.

Nesse horizonte, o ciclo de queda dos juros deverá ser limitado, insuficiente para levar a Selic de volta a 10,5%, o nível em que estava em setembro de 2024, quando o BC começou a aumentá-la. Como pano de fundo, um governo que não reduz as incertezas sobre a trajetória da dívida pública. O resultado é uma política monetária mais dura, necessária para compensar uma política fiscal frouxa, que não enfrenta o problema do crescimento dos gastos obrigatórios.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188192?page=18§ion=1>

Nova estratégia aproxima Brasil de investidores internacionais

O Brasil é um dos cinco países que mais atraem investimentos estrangeiros no mundo. Este feito é consequência de uma combinação de fatores: estabilidade econômica, segurança regulatória e avanços em políticas públicas que trazem mais previsibilidade para quem quer investir.

O próximo passo, definido pela estratégia da atual gestão da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (ApexBrasil), está em andamento. Consiste em avançar em uma agenda voltada à atração de investimentos em setores estratégicos como energia limpa, infraestrutura e inovação.

"O Brasil atravessa um momento promissor, com a economia em expansão, a **inflação** sob controle e um ambiente de negócios cada vez mais previsível para investidores. O país dispõe de um mercado consumidor robusto e de uma força de trabalho ampla e qualificada", detalha Victor Oliveira de Queiroz, gerente-geral do Escritório da ApexBrasil na Ásia e no Pacífico.

RESULTADOS CONCRETOS

A estratégia da ApexBrasil alcança setores como energia, infraestrutura, tecnologia e agronegócio de valor agregado. E tem se mostrado bem-sucedida, especialmente quando se trata dos parceiros da região da Ásia, em especial a China.

De acordo com o estudo Perfil de Comércio e Investimentos China 2025, o país manteve sua posição como principal investidor asiático no Brasil, com um estoque de Investimento Estrangeiro Direto (IED) de US\$ 45,3 bilhões em 2023, um crescimento de 22,1% em relação a 2022.

Desde 2021, o volume de investimentos chineses no país vem registrando recordes anuais. Entre 2014 e 2024, foram anunciados 137 projetos de investimento greenfield com capital chinês no Brasil, totalizando US\$ 10,6 bilhões. Os investimentos se concentram nos setores de energia, infraestrutura e indústria automotiva.

"A Ásia é hoje o centro dinâmico da economia global. Mais de 35% do Produto Interno Bruto (**PIB**) do mundo está na região, que representa cerca de 59% da

população mundial. É uma área indispensável para qualquer estratégia séria de comércio e investimentos", diz Queiroz.

Já a China, em especial, é desde 2009 o maior parceiro comercial do Brasil. Em 2024, a nação se mostrou responsável por 28% do valor total exportado e 41,4% do superávit comercial do nosso país. Foi o principal destino das exportações brasileiras - o foco ainda está em commodities, especialmente soja, petróleo bruto e minério de ferro, mas a agência identifica 400 produtos com potencial de atingir maior alcance.

"Os chineses são um dos maiores investidores globais. Mais do que isso: são protagonistas nas grandes transformações globais, da transição energética à digitalização da economia. O e-commerce, por exemplo, movimenta mais de US\$ 2,7 trilhões por ano na China e abre novas rotas de acesso direto ao empresariado brasileiro, especialmente

Outro foco relevante para os produtos brasileiros está no Brics, grupo formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, além de novos membros como Egito, Emirados Árabes Unidos, Etiópia, Indonésia e Irã. De acordo com o levantamento mais recente da ApexBrasil sobre a região, o bloco, que em 2025 é presidido pelo Brasil, apresenta mais de 1.600 oportunidades comerciais para produtos nacionais.

O trabalho da agência aponta que as exportações do Brasil para os demais quatro países originários do Brics (Rússia, Índia, China e África do Sul) atingiram US\$ 102,5 bilhões no ano passado. A pauta exportadora é dominada por commodities como soja, óleos brutos de petróleo, minério de ferro e carne bovina, que juntos compõem 77,4% do total.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188192?page=18§ion=1>